Aspectos económicos da dominação portuguesa na Amazónia

Aspectos económicos da dominação portuguesa na Amazónia

Por ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS

Arq
981.M
R375e

SEPARATA DA REVISTA 'OCIDENTE' — VOLUME LX — LISBOA, 1961

O Homem da Lusitânia chegou ao vale amazónico numa hora triste da sua história. Justamente no ciclo da soberania absorvida pelos Filipes espanhóis, o que importava na actividade do descobridor de oceanos servir aos desígnios imperiais do povo vizinho, a que se ligava numa harmonia difícil de compreender e impossível de estruturar-se seguramente. Vencendo as dificuldades que os tempos explicavam, o Lusitano continuava o mesmo comedor de espaços, argonauta e sertanista que desafiava distâncias, perigos, para construir de olhos voltados para a mãe-pátria, sempre a sonhar com a hora da liberdade. A inquietação decorrente da perda da independência não lhe decretara a diminuição do ousio. E, ao longo do território norte-oeste do Brasil, marchava com a mesma impetuosidade, de braço dado com o mameluco, que lhe continuaria a bravura nas selvas do oeste, investindo sobre as cabildas refractárias, lançando-se cheio de heroicidade sobre os bandos de franceses que teimavam no esforço para criar o seu império à custa dos espaços legìtimamente lusíadas.

Desembarcando nas terras banhadas pelo Guajará, com a direcção militar de um dos mais intrépidos soldados dessas jornadas de conquista, o capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, o Lusitano de pronto compreendeu a grandiosidade daquele mundo onde se limitava o domínio marcado no ajuste tordesilhano. Águas, terras, florestas, riquezas incontáveis, multidões de gentilidade, tudo lhe apareceu numa espectaculosidade que ele registou nas suas epístolas aos governantes distantes, nas primeiras páginas das crónicas que foi escrevendo à luz das novidades que colectou e dos episódios de que foi sendo participante ou simples assistente.

Suas primeiras impressões foram de verdadeiro deslumbramento. Como que se sentiu o descobridor do Eldorado, que tantas energias vinha devotando sem que o Europeu conseguisse constatar qual o espaço onde realmente era aquele maravilhoso mundo de riquezas sul-americano. Nos primeiros descritivos em que fixou essas impressões, confessou o deslumbramento. O rio era o «mayor Rio que ha em tôda a redondeza da terra». Parecia «capaz de muy grandes cousas por ser da largura que digo, e as terras muyto fertilissimas com muita diversidade de madeiras como as do Brasil e mais avantajadas por serem arvores notavelmente grandes entre as quais ha um pao a que o Gentio chama Cotiara muy lindamente debuxado e gracioso à vista. Ha neste Rio em todas as partes dele muito Gentio por extremo de diversas nações, o mais dele muy bem encarado sem barba. Trazem os homens cabelo comprido como molheres, e de muy perto o parecem de que pode ser naceria o

engano que dizem das Amazonas; pois nam ha outra couza de que a este propozito se podesse deitar man».

Homem e terra, aos olhos extasiados do advena lusitano, pareciam não apenas homem e terra que continuassem a natureza, a paisagem dos outros trechos do Brasil, de onde ele estava partindo para as aventuras no vale que incorporava aos domínios de Portugal. Homem e terra na Amazónia eram um capítulo novo que ele encontrava no seu caminho de sertanista e de revelador de multidões novas e espaços que até então a Europa ignorava. A Amazónia era agora a sua nova contribuição para o grande livro da geografia e da sociografia que estava escrevendo desde o ciclo dos descobrimentos. E com a Amazónia, as infinitas novidades botânicas, zoogeográficas, etnológicas que os seus investigadores e observadores descreveriam, abrindo margem a páginas sensacionais nos domínios das ciências biológicas e das ciências da natureza.

O Lusitano que desembarcava no vale e de pronto erigia, dentro de seus propósitos políticos, a casa forte que lhe marcava a presença e a soberania do Reino na monarquia comum, vinha do Brasil.

Era, evidentemente, um homem experimentado com as coisas da colónia, suas particularidades, suas singularidades, seus imperativos. Acomodado ao ambiente, dele sabia extrair o necessário ao seu viver, condicionando-o, de outro lado, às suas necessidades políticas e económicas. Trabalhava a terra, plantando-a, colhendo o que ela entregava generosa e espontâneamente, criando os núcleos do litoral, incorporando a gentilidade, com ela criando um novo tipo social, representado no mameluco, defendendo-a e assistindo-a para que viesse a ser o império que inegàvelmente vislumbrara Caminha na sua epístola deliciosa e arguta. Não lhe falta experiência para mais um cometimento. Seus títulos anteriores na costa brasílica valiam-lhe seguramente para atribuir-lhe a segurança de que não se ia atirar a experiências iniciais no vale tropical. Mas na região ele não encontrava ambiente diverso? A caudalidade do rio, a brutalidade da selva não lhe abriam perspectivas novas onde fatalmente teria de operar com nova técnica, com elementos que desconhecia, sob perspectivas sombrias? Aquele deslumbramento por si só não equivalia a uma confissão de que tudo lhe era novo e portanto exigia uma política em harmonia com as novidades impostas pelo ambiente?

Não é possível desprezar essas observações no exame do gigantesco trabalho de desbravamento e de aclimação que o Lusitano veio realizar e realizou na Amazónia. Já de nós, numa série de estudos, tentámos compreendê-lo, registando-o, interpretando-o, procurando apreciá-lo libertos de entusiasmos, guiados pela documentação de que nos temos valido para fazer a exegese minuciosa do processo colonial português na América do Sul, particularmente no extremo norte. As conclusões a que vamos chegando não nos deram ainda margem para desacreditarmos no esforço desse empreendimento colonial, tanto mais quanto é de nossos dias

a série de empreendimentos visando a recuperação do vale, empreendimentos onde, aqui e ali, vamos encontrar um retorno à política que os Portugueses realizaram, evidência oficial de que, longe desses processos de trabalho, não será possível qualquer êxito no espaço amazónico.

Um crítico dos mais interessantes que nos levantaram embargos às observações, entendeu que apenas nos guiáramos pelo documentário dos arquivos, desprezando o rendimento do esforço português pelo exame do que é ainda, na actualidade, a Amazónia, isto é, um espaço meio bárbaro que o homem, mesmo servido do equipamento técnico da actualidade não pôde ainda amansar. Esse fracasso do homem, no entendimento um tanto apressado do crítico, era um passivo a inscrever nas responsabilidades da colonização lusitana, uma vez que as gentes amazónicas, mantendo-se fiel às grandes linhas da acção que assinalou a passagem dos Portugueses, provaram que essa acção não foi útil, não produziu as excelências que proclamávamos. Será exacto o que o crítico afirmou? O simples retorno da actualidade a muitos dos princípios que distinguiram a política de Portugal na Amazónia não será, de si, uma proclamação de que aquela política não teve as características negativas que se lhe quer atribuir? Os fracassos verificados não devem antes ser incluídos no passivo da natureza regional, inclusive a dureza climática, que tanto dificulta a eficiência humana e lhe dá um sentido dramático indiscutível?

OS INDÍGENAS

Os conquistadores e colonos que vieram estabelecer-se no vale amazónico, no século XVII, encontraram águas e terras ocupadas e viajadas pelas multidões indígenas, algarismadas em muitas centenas de tribos, consequentemente, em muitos milhares de indivíduos, e esses indivíduos dos mais diferentes tipos físicos e culturais. Trabalhando os mil produtos regionais, engenhosos, com um admirável sentido objectivo das coisas locais, criadores de uma manufactura interessantíssima, necessária aos quefazeres diários, canoeiros, pescadores, caçadores, oleiros, decoradores, tecelões, viviam o nomadismo de todos os primitivos, mas deles se distinguiam pela produção de um sem número de utilidades que os colonos souberam aproveitar e os missionários incentivaram sob aprovação régia. Seus estádios culturais variavam muito de grupo a grupo, mas nem por isso podemos atribuir-lhes apenas aquelas pintas de cavilosidade, madraçaria, bebedice por que a inteligência pragmática de João Daniel os definiu. Tão-pouco podemos concordar com a conclusão de nosso mestre Jaime Cortesão, quando, riscando um sumaríssimo quadro das actividades que condicionavam e explicavam as precárias condições de civilização da massa gentílica do Brasil, generalizou demais, incluindo naturalmente nessa definição, os padrões culturais dos primitivos amazónicos. Se houve os que estadiavam num degrau muito baixo, houve outros que se personalizavam em tarefas que ainda nos

dias que correm definem a paisagem social e a paisagem económica. O guaraná era indústria dos Maués. A borracha era indústria dos Cambebas. O tipo social da Amazónia é ainda o tipo tapuio. Os contingentes negros, os contingentes açorianos, os contingentes nordestinos não lhe modificaram a estrutura. Os usos e costumes, grosso modo, da generalidade populacional, continuam fiéis aos padrões marcados pelo gentilismo. Ora, assim sendo, como desprezarmos esse contingente tão precioso, negando-lhe os melhores índices de cultura?

Os soldados e colonos que vieram para começar a empresa colonial da Amazónia, no século XVII, consequentemente, encontraram multidões nativas dispondo de padrões culturais apreciáveis e que eles de pronto compreenderam e imediatamente trataram de utilizar. Daí a vertiginosidade por que foi possível levar de vencida obstáculos seríssimos, impostos pela natureza ambiente e pelos concorrentes estrangeiros, operando-se a marcha para oeste e norte, em direcção às Guianas, incorporando-se ao domínio colonial do Estado um espaço gigantesco, de que se perdeu, por fim, o trecho entre o Javarí e o Napo, mas suficiente para evidenciar a significação, o vulto do cometimento, sem símile na história colonial de qualquer povo. Cometimento efectuado com a eficiente e constante contribuição do gentio, que forneceu a sua ciência acerca das coisas regionais, forneceu braço para manejar os remos, braço para construir os utensílios necessários, inclusive as embarcações, braço para colectar a especiaria, inteligência para indicar os caminhos e identificar águas e espécies vegetais e animais, e mesmo garantir, facilitar, por conseguinte, o descobrimento e a dominação portuguesa.

A economia indígena, representada pela preparação dos géneros alimentícios adequados à região, ou permitidas pela riqueza da fauna e da flora naturais, pelos artefactos que trabalhavam, pela produção das várias utilidades necessárias à vida regional, revelava-lhe a cultura. Chocou-se com a cultura do mercantilismo lusitano, com a cultura da técnica europeia de XVI e XVII trazida pelos Portugueses? Não devemos esquecer que os colonos lusitanos traziam a experiência das outras partes do Brasil. A sua cultura era já, portanto, de muito, pintada aqui e ali pelas culturas das gentes nativas do nordeste e de outros trechos da colónia. Era, assim, uma cultura mestiçada, que, nem por isso, todavia, deixou de estranhar os padrões amazónicos e, em consequência, ceder em muito a eles, deles valendo-se a todo instante. Os choques, de certa maneira, foram fortes. E também, de certa maneira, saindo, no primeiro momento, com maior crédito, o que era representado pela economia de fundo indígena. No primeiro momento. Porque mais tarde, vamos encontrar esse crédito cedendo muito à cultura importada com o colono.

Esse primeiro momento representa, na história económica da Amazónia, o seu primeiro ciclo, o ciclo da «droga do sertão», isto é, o ciclo da especiaria, colectada em toda a extensão do vale e realizado, par e passo, com a marcha conquistadora de sentido

político. No segundo período estamos diante do trabalho organizado, a lavoura iniciada e conduzida por entre experiências vitoriosas, a criação do gado levada adiante igualmente com êxito, o povoamento com imigrantes trazidos das ilhas dos Açores processando-se insistentemente, a moeda, importada igualmente, circulando em substituição aos géneros até então servindo para as trocas mercantis, o comércio tomando proporções, a presença da Amazónia fazendo-se sentir na economia do Reino pelo volume sempre crescente da sua produção.

No primeiro ciclo, o colono representa um contingente insignificante. Todo o trabalho, para transformar o nativo no colaborador ou no homem económico caminhando para incorporar-se aos padrões culturais europeus, cabe ao missionário. O colono escraviza, violenta, explora o braço do gentio. O missionário, ao contrário, em luta aberta pela liberdade desse mesmo gentio, contém-lhe os ardores guerreiros, as impetuosidades marciais, conduz com habilidade as suas inclinações, exercita-o para uma vida menos selvagem, ensina-lhe as novidades da cultura da terra e da criação do gado. Amansador de povos, é o missionário, igualmente, o criador do novo homem que ele educa preparando-o para as conquistas da civilização ocidental que os colonos pretendem trazer no bojo das caravelas ou na técnica de que dispõem. Sem o missionário, por conseguinte, representado no Franciscano da Província de Santo António, no Jesuíta, no Carmelita, no Mercedário, no Capucho da Piedade, no Frade da Conceição da Beira e do Minho, o segundo ciclo não poderia ter sido iniciado com a pompa e os rendimentos que se conseguiram logo com o consulado pombalino. Sem o missionário, que preparou o clima de trabalho organizado, o gentio não teria vindo para a experiência social que se inaugurou no consulado pombalino, quando se lhe deu atribuições políticas de votar e ser votado nas edilidades, para dirigir os seus negócios, para contribuir livremente na direcção da coisa pública, respeitando-se-lhe a integridade física e outorgando-se-lhe o direito de ser proprietário, de ser um indivíduo senhor das mesmas aspirações e garantias usufruídas pelo colono das Ilhas ou do Reino.

Falamos em colono vindo das Ilhas e do Reino. O colono que Portugal enviou para criar a vida agrária foi justamente trazido das ilhas dos Açores. Logo após a fundação do Presépio, sugeriu-se a remessa de casais das ilhas. Essa imigração só teve lugar, porém, em 1621, quando desembarcaram os primeiros casais, recebidos e instalados na cidade de Belém, de onde foram passando ao interior como sesmeiros. A esse contingente seguiu-se, em 1676, o segundo, de 234 pessoas. O grosso da imigração ilhoa, todavia, foi uma decorrência mais ampla das realizações do consulado pombalino, conquanto, ideia de gestão construtiva de Alexandre de Gusmão. Mediante contratos com proprietários de embarcações apropriadas, o governo de Lisboa fez conduzir alguns milhares de casais açorianos que deram origem a Bragança, Macapá, Tentúgal e Ourém, onde atacaram a terra para criar a vida

agrária. Recebiam esses casais os instrumentos necessários para a tarefa agrária, espécies vegetais para plantar e um boi e duas vacas. Dos contratos firmados com os proprietários de embarcações constavam obrigações que nos permitem acompanhar a preocupação que havia, da parte das autoridades, a fim de que os colonos se vissem assistidos de tudo quanto fosse necessário para que fizessem boa viagem e pudessem chegar em condições de atirar-se ao trabalho com a desenvoltura suficiente. A dieta a observar com as mulheres, os velhos e as crianças, por exemplo, é de uma actualidade impressionante. Determinava-se ali: «as reçoens serão pela maneira seguinte. Ao jantar legumes, em cada dia diversos, como feijoens fradinhos, ou brancos, ervilhas, favas, &, a razão de hum alqueire por cada quarenta pessoas. As ceyas dos Domingos, terças, e quintas feiras, para cada pessoa tres quartas de carne: a saber meyo arratel de vaca, e huma quarta de toucinho, e poderá este toucinho cozer-se com os legumes do jantar dando para a ceya o azeite e vinagre que havia servir com os legumes para com elles se temperarem o salgado da vaca. As ceyas das quartas feiras, sabbados, meyo arratel de bacalhao a cada pessoa. Para tempero de legume, bacalhao, e arrôs, pimenta, ou alhos, ou cebollas, e huma canada de azeite para cada sessenta pessoas, e de vinagre o que baste conforme a sua força: hum arratel de bom biscouto novo, e sem corrupção alguma para cada pessoa por dia,: a agua a tinello, ou ao menos huma canada por dia a cada pessoa sómente para beber, além da que for necessaria para cozer a comida. A reção sobredita se entende para as pessoas de tres annos completos; porque as que os não tiverem não serão contados, nem se lhes dará reção, mas a agua necessaria. A reção se continuará a dar a cada pessoa até com effeito desembarcar no Pará, e os mantimentos sobreditos, os fará o Assentista para viagem de dous mezes ou menos, contando da partida das Ilhas para o Pará, e fazendo conta à gente da equipagem. Com declaração, que em caso, que se reconheça ser diminuta em algum destes mantimentos a reção estipulada para bem se sustentarem os passageiros se acrescentará quanto for rasonavel, sem por isso pertender o Assentista alteração do preço do transporte».

Juntamente com esses contingentes açoristas, vieram engrossar a população dos núcleos, que iam sendo montados, centenas de degredados. Uma partida de suíços, ao tempo do Governador Ataíde Teive, foi igualmente transportada para o vale, numa experiência interessante, de que também participaram alguns franceses, irlandeses, espanhóis e alemães, e várias dezenas de ciganos, experiência que tinha principalmente o mérito de evidenciar que não era uma política fechada a política que Portugal seguia em relação aos seus territórios. Defendia-os da intrusão dos estrangeiros, que lhe poderiam trazer dificuldades. Mas deixava que viessem participar da obra de criação colonial aqueles elementos que não envolviam perigos à soberania do Estado que os agasalhava. No começo da conquista, aliás, um grosso contingente de irlandeses peticionara a D. João IV solicitando autori-

zação para localizar-se na Amazónia, que já conhecia de aventuras anteriores, da fase de incursões levadas a cabo com o sentido da fundação de colónias pelos Ingleses e Holandeses. D. João IV não lhes dera autorização. Embora católicos, esses irlandeses podiam ser uma espécie de cabeça de ponte dos Ingleses, interessados em converter a Amazónia num dos seus distritos coloniais.

Casais, degredados, suíços não seriam suficientes para manter o domínio num espaço gigantesco e desértico como era então a Amazónia lusitana. Apelou-se então, no consulado pombalino, para a política da miscegenação intensiva Até àquela hora essa miscegenação processava-se sem os favores, sem os incentivos régios. A legislação que se decretou de Lisboa protegeu esse mestiçamento, que revelava a compreensão magnífica de que os homens que viviam no espaço sul-americano não podiam deixar de viver em fraternidade, criando a sociedade sem os primarismos da superioridade de raças e cores. E a miscegenação se fez com resultados magníficos. Ao colono que se casava com mulher da terra, dava o Estado um machado, uma foice, uma enxada, um ferro de cova, sete varas de linhagem ou estopa. Se soldado, imediatamente tinha baixa do corpo de tropa onde servia, entregando-se-lhe, mais, os mesmos utensílios e pertences que se concediam aos colonos civis. Até oficiais lusitanos, mandados de Lisboa para trabalhar na defesa da região em face das desenvolturas dos Espanhóis e Franceses confinantes, se matrimoniaram com as damas indígenas, sob o aplauso régio e com a solenidade que as autoridades faziam celebrar como um incentivo e como demonstração de liberalidade social. O mameluco, resultante dessa união legal, constituiu o que podemos chamar, utilizando a expressão de que se valeu o sociólogo peruano Uriel Garcia, quando procurou denominar o mestiço hispano-ameríndio, o «novo índio». Além desse novo índio, por outro lado, tribos e tribos, após a retirada dos missionários, foram sendo descidas dos altos rios e conduzidos para os núcleos urbanos que se iam fundando ao longo do Amazonas ou nos antigos povoados estabelecidos pelos catequistas.

O trabalho agrário, todavia, exigia braços capazes. Tanto o novo índio como o velho tapuia não se deixavam amarrar à disciplina necessária para a criação da agricultura que se ensaiava. A legislação garantia-lhes direitos. Esses direitos, é certo, nunca foram respeitados. Mesmo assim, fazia-se sentir a necessidade de novos braços. E se realizou a importação do braço escravo africano. A primitiva Companhia de Comércio do Maranhão, criada no século XVII, trouxera alguns centos de negros. A Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, organizada com capitais do vale e do Reino, sob o patrocínio de Pombal, teve como uma das suas finalidades precípuas justamente a introdução desse tipo de trabalhador. Em execução a esse imperativo, a Companhia trouxe para o Pará, nos vinte e dois anos dessa actividade, 12 587 negros, embarcados principalmente em Cacheu e Bissau.

Com esse potencial humano foi que Portugal criou economicamente a Amazónia, como a criou no tocante à sua configuração

territorial e política. Que resultados possibilitaram? Que realizaram realmente nos dois ciclos que lhe marcaram a história colonial?

A ESPECIARIA AMAZÓNICA

A especiaria amazónica foi revelada à Europa nas páginas dos cronistas espanhóis das primeiras viagens de descobrimento do vale: Frei Gonçalo de Carvajal e Frei Cristovam de Acunha, que divulgaram, com um sensacionalismo de repórter de nossos dias, o que tinham sido as façanhas de Orelana e de Pedro Teixeira no descobrimento da terra molhada. Num pitoresco de romance de aventuras, os dois religiosos disseram com detalhes das riquezas que se guardavam na floresta amazónica. As madeiras, os tipos da fauna, as demais particularidades da flora, seriam bastantes para coroar qualquer conquistador que procurasse o bem-estar material que o Novo Mundo estava possibilitando.

Cronistas posteriores, como Simão Estácio da Silveira, Maurício de Heriarte, João de Sousa Ferreira, depuseram igualmente em capítulos sumosos descrevendo a riqueza regional com aqueles detalhes curiosos que são uma das características mais interessantes da literatura que se escrevia acerca da América Portuguesa.

Mas que era, afinal, essa especiaria? Qual a sua utilidade? O Europeu de XVI e XVII habituara-se à produção oriental que os Portugueses monopolizavam. Essa produção servia-lhes para a condimentação, para a farmacopeia, para outros usos domésticos, para as mil distinções de bem-estar da época. Na América portuguesa seguramente a produção natural não concorria com a produção oriental. Mas os Ingleses e Holandeses, vindo tentar o estabelecimento de seus entrepostos coloniais, criaram a feitoria fortificada, iniciando o aproveitamento dos géneros nativos que lhes pareceram, de pronto, capazes de comparecer aos mercados do Velho Mundo como sucedâneos da especiaria oriental. Carvajal descrevera essa produção nativa com detalhes perturbantes. A presença dos Ingleses e dos Holandeses, que se adiantavam aos Portugueses, inegàvelmente decorria desse descritivo perigoso. Os Ingleses e Holandeses, sem encontrar oposição, ao longo do litoral entre o Amazonas e a Guiana e ao longo do mesmo Amazonas até o Tapajós, comerciaram largamente. Colectaram, com a ajuda das tribos locais, a mercadoria indígena. Carregaram os seus navios de urucu, de madeiras. Pescaram o pirarucu. Foram, assim, os reveladores pragmáticos da riqueza em especiaria existente na Amazónia. Os Portugueses, quando chegaram para disputar-lhes a terra, encontraram a novidade perturbante. E sem mais demora meteram mãos ao trabalho, armando as suas flotilhas de embarcações de todos os tipos e tamanhos, com a ajuda do gentio, irradiando em direcção oeste, norte e sul num incessante movimento de descobrimento da riqueza nativa que despachou para o Reino, então a queixar-se dos primeiros desastres no império oriental.

O negócio era tentador. Do Reino, ao invés de chegarem advertências, proibições, vieram incentivos, ordens, para que nele se

prosseguisse porque, na verdade, a produção oriental diminuindo havia necessidade imperativa de se lhe descobrir sucedâneo. O açúcar do nordeste era já um dos elementos preciosos para a manutenção da economia lusitana de origem colonial. A especiaria a ser enviada da Amazónia ia ser o outro elemento económico capaz de fortificar essa economia, alentá-la, mantendo de pé o prestígio do nome luso nos círculos comerciais da Europa.

A legislação que se decretou de Lisboa a respeito é abundante. Já a sumariamos, de molde a permitir a compreensão da importância do negócio e o sentido da preocupação oficial. Por essa legislação, de que se guardam peças interessantíssimas nos arquivos nacionais e portugueses, tem-se ideia de como a especiaria amazónica apareceu aos olhos dos homens de estado lusitanos, interessados em que os colonos dela fizessem a sua actividade preferida. Não se queria que o colono buscasse o descobrimento das minas de ouro e de pedras preciosas. O que se desejava e determinava abertamente era que a operação colectora prosseguisse sem cessar.

O colono chamava essa produção espontânea de «droga do sertão». Colhia-a por toda a parte. Por todos os meios. Em todas as épocas. Destruindo árvores, destruindo espécies, malbaratando criminosamente o que a natureza lhe entregava tão dadivosamente. Indiferente ao futuro, quando não houvesse mais o que arrecadar. O governo lisboeta, uma vez informado do que se passava, decretou medidas que defendessem as espécies mais atingidas pelo desenfreio do colono. Proibiu as colheitas em determinadas épocas do ano. Perservou regiões da ofensiva dos sertanistas e colectores. Ordenou, por fim, que a própria «droga» fosse cultivada. Cominou penas para os abusos. Incentivou o trabalho dos que agissem sem prejudicar, sem comprometer o negócio rendoso. A «droga do sertão» era a salsaparrilha, o sassafraz, o cacau, a canafístula, a pita, o urucu, a canela, o algodão, a carajuru, o cravo fino e grosso, a baunilha, a quina, o puxuri, a casca preciosa, as sementes oleaginosas, as madeiras. Todo um conjunto selvagem de novidades que valiam bom preço e convidavam ao negócio. O cacau, o cravo, a canela, a salsa constituíram os géneros mais procurados. Havia verdadeiras florestas deles. O cacau, tomando tal importância, como o algodão selvagem que, em vez de moeda metálica, se pagavam as utilidades com novelos de algodão e caroços de cacau.

Ao lado desses géneros extraídos da flora, havia os géneros solicitados à fauna. Eram os couros e peles. O colono então repetia a façanha dos «courreurs des bois» da Luisiana. Caçava na floresta os animais que lhe garantiam rendas, destruindo espécies, como fazia com as outras «drogas».

A fauna amazónica representava-se, mais ricamente, para o interesse económico, pelas espécies ictiológicas. O colono, sob a inteligência do gentio, que lhe identificou os tipos, pescou-os, salgou-os, exportou-os, quanda não lhes saboreou as maiores partidas. Essas espécies ictiológicas foram principalmente o peixe-boi, o pirarucu e as tartarugas. Buscados igualmente com tamanha

sofreguidão, que a legislação decretada de Lisboa por fim veio defendê-los, marcando épocas e zonas para as pescarias e proibindo que os exemplares novos fossem apanhados.

Como estamos assistindo, toda a actividade económica nessa primeira fase da vida amazónica condicionada pela produção espontânea, pela contribuição generosa da floresta e das águas piscosas do grande curso fluvial. O colono, de tal maneira adaptando-se a essas contingências locais que dava a impressão de um ser estranho aos padrões culturais europeus, dominado inteiramente pelo ambiente indígena.

Por outro lado, esse ciclo que nos surge assim em meio ao desordenamento do colono, tem um sentido político sobre que desejamos insistir. Foi com ele que colonos, missionários, sertanistas, soldados, funcionários do Estado avançaram em direcção oeste e norte, empurrando a fronteira, desprezando os limites ajustados em Tordesilhas, ampliando o espaço sobre que a soberania lusitana se fazia efectiva, mansa, permitindo a posterior acção diplomática de Alexandre de Gusmão. Constitui, sem nenhuma dúvida, um capítulo memorável da «marcha para oeste».

EXPERIÊNCIA AGRÁRIA

O segundo ciclo económico da Amazónia na fase colonial foi o da experiência agrária e actividades ancilares da criação do gado e das tentativas industriais. Esse ciclo agrário principiou com o consulado pombalino. Não quer dizer, todavia, que antes da época de Sebastião José não se cuidasse da terra no vale. Porque estaríamos a cometer um erro polpudo se tal afirmássemos. Ao contrário, os colonos que chegaram logo após a fundação do Presépio, trabalharam a terra, agricultando a cana e as espécies vegetais necessárias ao sustento alimentar da guarnição e dos próprios povoadores. Esse esforço preliminar, como era natural, no decorrer do ciclo da «droga» não foi abandonado. Mas não teve proporções, recalcado que estava pela vertigem da «droga».

Com o consulado de Sebastião José, essa actividade agrária tomou proporções. Foi uma actividade que objectivou as espécies alimentares, as espécies nativas e os outros tipos agricultáveis que se entendeu apropriados à região e se importaram de outros trechos do Império ou mesmo do estrangeiro. As espécies nativas foram o cacau, o cravo, a salsa. As espécies alienígenas, a cana, o algodão, o arroz, o tabaco, o café. Dos géneros alimentícios, o que mais se cultivou desde as primeiras horas da conquista foi a maniba. Sem as farinhas, primeira indústria local, o nativo nada produzia e o colono, que aos poucos se foi habituando ao género, também pouco podia realizar. Fundamento, ontem como hoje, da alimentação regional, era natural a preocupação na agricultura das manibas e da sua imediata transformação em farinhas, empregadas nas mil variedades da dieta indígena.

Os Portugueses, como sabemos, tinham sido uma das monarquias a se distinguirem no panorama das actividades económicas

da Europa por suas tarefas de cunho agrário. O empreendimento dos descobrimentos marítimos, abrindo à nação os espaços e as riquezas do Oriente como posteriormente do Novo Mundo, tinham perturbado essa direcção do país, orientando-o no sentido mercantil que, inegàvelmente, assinalou a expansão sobre os mares novamente descobertos. Chegando ao Brasil, a tarefa povoadora exigiu o regresso ao agrarismo. Esse regresso, realizado com o braço do negro escravizado, dada a rebeldia conhecida do gentio americano. Empreendendo a nova conquista da Amazónia, os colonos portugueses iam cooperar na restauração das velhas características de seus antepassados, demonstrando que aquela capacidade admirável, revelada nos primeiros tempos da monarquia, não se havia perdido.

Logo ao início da conquista, Simão Estácio da Silveira, um dos cronistas que se haviam deixado deslumbrar pelos panoramas amazónicos, «professor de agricultura», como se intitulava, consequentemente um técnico que podia avaliar das excelências da terra e sua capacidade para a jornada agrária, escrevera que o negócio da especiaria não devia ser o fundamento exclusivo da ocupação. O trato da terra precisava ser conduzido com entusiasmo também, «conforme ao novo clima e temperamento do céu», pois nela se podiam experimentar as espécies, «tôdas as que ha pella redondeza do mundo».

Despachando para o extremo norte o irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o Marquês poderoso determinou-lhe, nas famosas instruções públicas e secretas, de 31 de Maio de 1751, que cuidasse intensamente em fazer lavrar a terra. O Capitão-General cumpriu a determinação. Suas recomendações aos funcionários destacados para o interior e aos colonos que iam chegando das ilhas batiam sempre a mesma tecla. Trabalhar a terra. À aventura da «droga», devia suceder o cometimento agrário. E para que ele fosse uma realidade rápida, cedia o Estado os elementos essenciais. Concedia sesmarias, fornecia instrumentos, sementes, baixava conselhos sobre essa e aquela lavoura.

Leiamos, para exemplificar, um desses trechos, de ordens expedidas aos homens que iriam criar a vida da hinterlândia. Leiamos o que Mendonça Furtado disse ao Governador do Macapá, onde se montava o primeiro estabelecimento organizado de acordo com a vontade de Pombal: «Logo que V. M. chegar aquella Povoação deve por todo o cuidado e esforço em persuadir e obrigar a estas gentes ao trabalho, a cultura das terras advertindolhes que este foi o unico fim para que S. Magestade os mandou transportar para este Estado e que nelle devem seguir a mesma vida e trabalho com que forão criados nas suas terras scientificandolhes da desposição de S. Magestade que o trabalho que fizerem pellas suas mãos nas suas terras não os inhabilitarão para todas aquellas honras a que pello costume do Pays pudessem aspirar antes pello contrario o que mayor serviço render ao publico neste futuroso e interessante trabalho das culturas das terras terá preferencia nas ditas honras».

Organizando posteriormente o «Regimento do Directório», em

grande parte extraído dos termos em que redigira o «Regimento das Missões», peça admirável a cuja luz se vinha criando a Amazónia, Mendonça Furtado fixou normas aos directores. Entre essas normas, as que se referiam à tarefa agrária. Gentio e colono deviam atacar o negócio com entusiasmo, sob vistas e incentivos oficiais.

Em obediência a esses desideratos oficiais, ampliados quase que mensalmente por actos expedidos de Lisboa, interpretados e por sua vez completados pela série imensa de ordens baixadas pelos Capitães-Generais do Pará, Governadores do Rio Negro, Intendentes do Comércio, Agricultura e Manufacturas, os colonos operaram a transformação económica.

Nas instruções às edilidades em organização, da mesma maneira que se lhe fixavam rumos à constituição dos serviços que deviam empreender, fixavam-se-lhe normas para que os núcleos vivessem fartos, seus munícipes dispondo de todos os recursos para uma existência ao abrigo de qualquer desventura. Assim, nos sítios urbanos e suburbanos, devia haver o plantio de árvores frutíferas bem como cafeeiros, algodoeiros, cacaueiros, de segura cotação. Era a pequena economia que se animava.

Falamos em Intendente do Comércio, Lavoura e Manufacturas. Esses funcionários, um na Capitania do Pará e outro na do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, tinham por função particular o fomento das lavouras, das manufacturas e do comércio amazónicos. Percorrendo o Estado, assistindo aos colonos, removendo dificuldades, eram os homens de cuja inteligência, de cujo patriotismo dependia, grosso modo, o êxito de experiência de Pombal. Um houve, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, que se desdobrou em actividades, a lhe valerem louvores de seus jurisdicionados e das autoridades locais e do Reino.

O povoamento processava-se com a concessão das sesmarias que levavam os povoadores aos pontos mais distantes do Estado. Com a dispersão povoadora ocorreu também a dispersão agrária. Plantou-se em todos os distritos do Estado. Plantou-se intensamente. Já em 1731, o colono Luís de Farias Esteves reclamava o pagamento dos favores que a legislação prometia. Tinha plantado 18 900 pés de cacau.

Visitando a hinterlândia, nas desobrigas espirituais, o Bispo Frei João de São José, língua solta e observação sempre atilada, constatava a importância do esforço dos colonos. Aqui e ali encontrou sítios, propriedades onde se contavam muitos milhares de espécies plantadas. Das espécies importadas, o cânhamo veio da índia. Foi experimentado principalmente no vale do Rio Negro, com excelentes resultados. Da índia veio também um tipo especial de cravo. Da África veio a pimenta. A árvore do fruta-pão e a cana caiana vieram da Guiana Francesa. De lá também foi importado o café, de tal maneira dando-se bem na região que em breve era uma das culturas mais desenvolvidas. Assim, em 1759, já havia no Pará 17 000 pés em franco desenvolvimento. Em 1785, na Capitania do Rio Negro, contavam-se 220 920 pés. A legislação,

decretada de Lisboa, amparava particularmente o negócio, isentando de imposto a mercadoria colonial. Do Pará, conduzido ao Maranhão e as capitanias vizinhas até o Rio de Janeiro e S. Paulo, dando origem às ondas verdes que garantem à economia nacional, encerrado o ciclo majestoso do açúcar, seu suporte máximo.

A-propósito, cabe aqui referir que tem passado como ponto pacífico caber a glória da introdução da planta do café ao vigilengo Francisco de Melho Palheta, capitão comandante de uma das Tropas de Guarda-Costa que vigiava o litoral, entre Macapá e Oiapoque, ante as incursões dos Franceses de Caeina. Documentos que encontramos no Arquivo Público do Pará fazem duvidar dessa glória. Porque o capitão português Francisco Xavier Botero, companheiro de Palheta numa de suas jornadas pelo litoral até Caiena, e posteriormente um dos mais valiosos agentes do relacionamento das autoridades de Caiena e Belém, na fase mais aguda dos incidentes que faziam perigar a paz na fronteira, em petição dirigida a S. Majestade alegou, pleiteando mercês pelos serviços prestados à nação em África e Brasil, ter sido o legítimo introdutor das primeiras sementes de café, portanto o homem a quem legìtimamente se conceder o título de benfeitor da economia brasileira. Palheta, Botero? Quis apenas referir a dúvida que hoje se levanta. O assunto precisa realmente de maiores investigações que ainda não levamos a termo nem cabem mesmo nesta notícia de intenção divulgadora.

Lembramos atrás que o café foi o género que derrotou o açúcar, o grande elemento económico que tanto valeu na obra de solidificação da unidade nacional. Ora o açúcar, nervo e vida no nordeste brasileiro, foi igualmente indústria amazónica de cotação alta. Os canaviais amazónicos cobriram grandes espaços nas regiões circunvizinhas a Belém. Os cursos fluviais mais próximos a Belém tiveram a sua história ligada ao ciclo do açúcar. Suas terras foram povoadas pelos plantadores de cana. Os engenhos montaram-se às dezenas. A única nobreza amazónica foi justamente a nobreza dos senhores de engenho. Os homens que possuíam grandes posses eram os produtores de açúcar. Como no nordeste, experimentando uma existência faustosa que os cronistas assinalaram. Assim, os Pantoja, os Morais Bittencourt, todos proprietários de engenhos, senhores, consequentemente, de grossa escravaria. Em Cametá, em 1762, o Bispo Frei João de São José encontrou a família Morais Bittencourt cercada de um fausto régio. À mesa, uma prataria notável. Senhoras e senhores vestindo veludo e sedas custosíssimas.

O senhor do engenho paraense, dissemos, constituia a classe nobre. Legislação especial garantiu-lhe essa diferença social. Se estavam isentos de prestação de serviço militar, de integrar as edilidades, se não podiam ter os bens penhorados!

IDENTIFICAÇÃO DE RIQUEZAS

Os processos de agricultura eram rudimentares. Servia-se o colono dos sistemas indígenas para preparar o espaço. Faziam-se

as derrubadas ou queimadas. Criava-se a clareira, onde se levantava a habitação e onde se distribuia a sementeira. Trabalhava-se com o ferro de cova. Por fins do século XVIII, tentou-se o emprego do arado. Foi uma experiência interessante. Mas a floresta selvagem fazia mangrar a experiência. Os colonos desalentaram.

Por 1798, aos influxos renovadores da ciência europeia, que penetrava em Portugal, estabeleceu-se em Belém um jardim botânico. Esse jardim botânico tinha por finalidade iniciar culturas novas, estudando-as, examinando-lhes as possibilidades, apurando das excelências desta ou daquela. Seria, está visto, um instituto experimental, raiz mais distante do actual Instituto Agronómico do Norte, montado pelo Governo da União.

O jardim foi estabelecido. Para dirigi-lo, o governo do Capitão-General Sousa Coutinho, um estadista de largo descortínio, irmão daquele pragmático e admirável Conde de Linhares, foi contratado um francês, emigrado de Caiena devido às desordens consequentes à Revolução. Esse francês chamava-se Michel Grenouiller. O jardim botânico prosperou. Foi modelo para organismos idênticos, montados em Pernambuco e Baía, anos depois. Nele aclimaram-se dezenas de tipos alienígenas, como se cultivaram, por processos menos rudimentares, as espécies nativas.

Já nos primeiros dias do século XIX, em Lisboa lembravam-se de preparar os técnicos que orientassem a produção do vale depois de uma preparação inconveniente. Esses técnicos naturalmente deviam ser homens da região, experimentados nela e com a vontade de vê-la caminhar para a frente. E dois moços paraenses, por solicitação do Intendente Pina Manique, foram mandados para Coimbra, onde se revelaram óptimos estudantes, capazes de realmente assumir a direcção da obra de organização económica do vale.

Já, aliás, vários estudiosos tinham balanceado os recursos das duas Capitanias do Estado. Alexandre Rodrigues Ferreira, baiano, naturalista de nomeada nacional, José António Landi, Dr. António Correia de Lacerda, António Vilela do Amaral, pesquisando, aqui e ali, a flora e a fauna amazónicas, ao mesmo tempo que estabeleciam os fundamentos da naturalística amazónica, indicavam as condições existenciais do vale, apurando o valor da sua produção, os tipos que a definiam, a importância que possuía, os rendimentos da mais variada espécie que apresentava.

Colectando especiaria, fazendo trabalhar a terra, Portugal, muito ao invés de deixar a colónia entregue aos seus próprios destinos, dela apenas exigindo recursos para as despesas da nação, como parte integrante do mundo europeu, trazia-lhe os meios de caminhar, inclusive fazendo identificar-lhe as riquezas.

O SUBSOLO E AS MADEIRAS

No tocante ao subsolo, isto é, a exploração das minas de que tanto se falava, a política portuguesa na Amazónia não teve altos e baixos. Todos os actos emanados de Lisboa foram no sentido de

evitar que os colonos se desviassem da colheita da especiaria ou da cultura da terra para a descoberta ou exploração de minérios. Os ensaios, que se tentaram em várias épocas, foram todos desaprovados. Os perigos do negócio não deviam ser experimentados no vale.

Já não se deu o mesmo com relação às madeiras. A floresta era uma riqueza gigantesca em espécies de todos os tamanhos e utilidades. Não havia aparelhamento para a exploração industrial, como as conhecemos nos dias actuais, de maquinaria instalada nas margens dos rios. Naqueles dias da colónia, o madeirame era pescado nas águas dos grandes cursos. Com as enchentes, as árvores iam desabando e sendo carregadas pelas águas. O rio Madeira tira seu nome justamente da abundância de árvores que carregava e lançava no Amazonas. O governo, como os particulares interessados na indústria, montaram serrarias braçais em vários pontos do Estado. As mais famosas foram a de Monte Alegre, depois transferida para óbidos, e as dos rios Moju e Acará. Os navios das frotas carregavam largamente toros e pranchas trabalhadas nessas serrarias, conduzindo-os para Lisboa, de onde os solicitavam em porções sempre crescentes. Com madeiras paraenses e amazonenses, entre vários outros edifícios públicos, construíram-se as portas, janelas, tectos e soalhos do palácio de Queluz.

Com essas madeiras, por outro lado, construíram-se, em Belém, nos estaleiros da Companhia do Comércio e do Estado, dezenas de embarcações do mais variado tamanho. Ora eram as embarcações de tipo indígena, para navegar nas águas do Amazonas e afluentes, nas flotilhas e comboios de comerciantes que faziam o giro mercantil pelo interior, ora eram embarcações armadas em guerra para defesa da região, principalmente o trecho nevrálgico entre o Macapá e Oiapoque, sobre que incidia uma cobiçosa atenção dos Franceses de Caiena. Ora, por fim, as embarcações de alto bordo, para viagens marítimas: fragatas, charruas, bergantins, chalupas, naus, brigues. Até 1821, o Arsenal de Belém construíra, para a armada portuguesa, uma nau de 74, cinco fragatas de 44, quatro charruas, 4 brigues, 3 bergantins, 12 chalupas. A Companhia do Comércio, em sua atribulada existência, de si fez construir quatro grandes navios que lhe levavam a produção da Capitania e trazia a ela os géneros embarcados em Lisboa. Só no governo de Sousa Coutinho havia, trabalhando no estaleiro, no corte e no transporte de madeiras necessárias ao estaleiro, 2000 nativos, orientados por mestres vindos do Reino. À experiência náutica dos homens dos descobrimentos para as embarcações de alto mar, juntava-se a ciência admirável e prática dos homens das selvas, eméritos fabricantes de embarcações para a navegação interior.

PECUÁRIA

As primeiras cabeças de gado trazidas para o vale foram colocadas nas fazendolas abertas a fogo na floresta, nas proximidades de Belém. Os missionários, operando na catequese na ilha do Ma-

rajó, descobriram as pastagens magníficas que ali podiam abrigar os rebanhos de suas pequenas propriedades nas margens do Amazonas e afluentes. E para lá transportaram os exemplares que possuíam, começando o povoamento intensivo das campinas marajoaras. É certo que antes dos missionários, um colono, de nome Francisco Rodrigues Pereira, lá estabeleceu o seu curral. Foi, assim, o primeiro criador da ilha. Mas com os religiosos da Companhia de Jesus, de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora das Mercês é que realmente se começou a abertura das fazendas de criar.

As pastagens eram boas, apesar das cheias dos rios, que obrigavam, como obrigam, a grande dispêndio e a grandes perdas nos rebanhos. O gado era tipo crioulo, trazido das ilhas do Atlântico, Cabo Verde à frente. Engrossou. Quando os religiosos foram mandados sair do Estado, nas suas fazendas havia, constatado pelos funcionários do governo que se encarregaram do censo e da direcção dos currais, quase 300 000 cabeças de gado vacum e cavalar. Destes rebanhos, 136 000 pertenciam aos Jesuítas; 18 000 aos Carmelitas; 80 000 aos Mercedários. Algumas dessas fazendas, mandadas distribuir pelos colonos, foram divididas em 22 lotes. Esses colonos, assim aquinhoados, passaram a chamar-se «contemplados». Constituíram uma nova nobreza. Era uma classe à parte, cheia de prosápia, de fartura, agora rivais da classe dos senhores de engenho. Deles descendem os fazendeiros que possuem os 563 currais no Marajó. Como do gado crioulo dos religiosos descendem os 500 000 exemplares dos actuais rebanhos da ilha.

Ao governo português não interessava, todavia, manter apenas na ilha de Joanes os rebanhos que podiam constituir outra fonte de riqueza no vale. Todos os colonos que receberam sesmarias no Macapá, em Bragança, no Mazagão e ao longo do Amazonas, receberam igualmente um boi e duas vacas. Às autoridades das vilas cabia a fiscalização do tratamento dispensado aos exemplares. Mas, como nem todos os colonos receberam gado, criaram-se as fazendas-núcleos, onde se guardavam as cabeças pertencentes a cada edilidade para começar rebanhos e cada morador ou sitiante então ser aquinhoado como era desejo da alta administração do Reino. Foi por esse método que se criaram os actuais rebanhos e as fazendas do que, na geografia amazónica, chamamos de «Baixo Amazonas», isto é, a zona entre os estreitos de Breves, no Pará, e Parintins, no Amazonas. Parintins mesmo começou com um estabelecimento de criar, ao lado do qual se nuclearam indígenas das circunvizinhanças. Princípios do século XIX.

Já pelo último quartel do século XVIII, descobertas as campinas do Rio Branco, onde se haviam chocado Espanhóis e Luso-Brasileiros, o Governador Lobo de Almada, brigadeiro, e talvez a maior envergadura cívica que Portugal possuiu na Amazónia, fundou a primeira fazenda, com gado adquirido no Solimões e no Baixo Amazonas. Seguiram-lhe o exemplo o alferes Sá Sarmento, o sargento Bernardes Borralho, o argentário José António Évora e o colono Bento José do Rego, que estabeleceram outros currais.

Em 1797, Bento José do Rego vendia a sua ao Estado por Cr. $492,80, já possuindo 186 cabeças. Cotava-se um boi a Cr. $3,00 e um cavalo manso a Cr. $5,00.

OS PEIXES DOS RIOS

A Amazónia, como todos sabem, é uma das maiores reservas piscosas do ecúmeno. Sobem a muitas centenas as espécies ali identificadas. O nativo tem um dos seus elementos da nutrição nos peixes das águas fluviais. O colono, quando chegou para a conquista e para o domínio, não se desajustou ao ambiente, nesse particular. E comeu o peixe amazónico com o entusiasmo por que posteriormente fez dele um negócio rendoso. O Estado, de acordo com a sistemática da época, montou, como o colono também montou, as chamadas «feitorias de pesca», onde o peixe era industrializado pelos processos rústicos dos nativos. Muitos dos povoados, vilas e cidades do vale foram inicialmente pontos de pesca. Essa pesca fazia-se, porém, tanto ao longo do Amazonas como também nos trechos do litoral marítimo mais próprios. O negócio era rendoso. As exportações para Lisboa cresciam à medida que novos trechos da hinterlândia eram identificados como ricas em espécies piscosas comerciáveis: pirarucu, tartarugas, peixe-boi.

Nem todo o peixe era pescado para servir à alimentação do nativo ou do colono reinol ou ilhéu. Muitas das espécies eram procuradas para delas extrair-se o azeite necessário à iluminação ou dele se fazerem as manteigas, guardadas em potes, e comércio dos mais lucrativos. No Solimões, pode-se dizer que uma das razões do povoamento foi justamente o fabrico de azeites e manteigas. As feitorias eram os nódulos iniciais dos povoados e vilas posteriores.

POLÍTICA NEGATIVA

Produzindo matéria-prima para as indústrias europeias, produzindo géneros solicitados para a condimentação e para a farmacopeia dessa mesma Europa, produzindo as madeiras necessárias às obras públicas e à restauração das frotas de comércio e de guerra do Império, produzindo espécies agricultadas, de emprego em mil negócios, produzindo os géneros alimentares para os serviços de abastecimento da região ou mesmo para exportação, como o café, o cacau, o açúcar, etc., a Amazónia, no decorrer do ciclo colonial, foi comparecendo aos mercados do Velho Mundo por intermédio da praça lisboeta com um sem número de géneros, não faltando mesmo os artefactos indígenas, entre eles os trabalhos com o leite da seringueira pelos índios Cambebas, do Solimões. O comércio entre a Amazónia e o Reino, em consequência, foi um dos mais movimentados do Brasil. Ligado directamente a Portugal, quase que ignorando a existência dos demais trechos políticos e económicos do Brasil, a que se incorporaria definitivamente com a chegada de D. João VI e a independência nacional, a balança de

exportação algarismou índices expressivos. Assim, em 1759, a Câmara de Belém dizia a S. Majestade que mandasse seis a sete navios, pois, para todos havia carga bastante. As frotas, só com os géneros produzidos nas missões dos religiosos, tinham o suficiente para regressar aos pontos de partida.

Com o advento do consulado pombalino, ficou incorporada a Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará. A Companhia obrigava-se, sob favores régios, a importar para o Maranhão e para a Amazónia tudo de que as duas regiões carecessem. Traria o braço escravo. Incentivaria a produção agrícola. Seria o grande veículo da exportação racional. É certo que sobre os rendimentos da Companhia, quanto à Amazónia, as acusações são maiores, muito maiores que os louvores. Não se lhe pode negar, no entanto, que ela serviu ao vale pondo-o em contacto mais permanente com o mercado europeu. A produção exportável cresceu, mercê dos favores e incentivos do Estado, a boa vontade dos colonos e da Companhia. Sem capitais fartos na colónia, o Estado português servia-se do organismo, tão louvado e adoptado pelas outras nações colonizadoras, numa delegação de serviços. A Companhia seria então um organismo de tipo para-estatal, raiz dos organismos desse estilo existentes na actualidade brasileira. Capitalizava, colaborava, construia onde o Estado não podia chegar pela multiplicidade de afazeres que o sistema pombalino tinha inaugurado com os objectivos mais pragmáticos que nem todos queriam compreender e estimar. Socorria o Estado nos apertos financeiros.

Até o período pombalino, a Amazónia comerciara escambando. Do ciclo do Marquês em diante, introduzida a moeda metálica, modificou-se a paisagem financeira. Já nos últimos anos do século XVIII, sob os incentivos e iniciativa de Sousa Coutinho, imaginavam os colonos organizar-se numa empresa bancária! A introdução da moeda metálica não se fizera, porém, ao deus-dará. Para evitar os incidentes naturais com a exploração que se faria, dando-se elevados preços aos géneros comerciáveis, especulação natural por parte dos que desejariam capitalizar fàcilmente, as autoridades promoveram reuniões, em que se fixaram os valores dos géneros, impedindo-se a especulação. Ao invés de crise, de corrida, de alta de preços, tudo se processou muito normalmente. O dinheiro entrou a circular naturalmente.

A política de Portugal no vale amazónico, no sentido da organização da sua economia, consequentemente do seu aparelhamento para a continuidade histórica posterior, foi uma política desajustada à realidade ambiente, esquecida de suas obrigações, negativa, destruidora, malbaratante das energias dos colonos e nativos, e marcada por pintas de flagrante incapacidade?

Os rendimentos dessa política podem ficar expressos num balanço, mesmo a voo de pássaro, colhido nos algarismos da realidade económica, incluída nela a produção exportada nos últimos anos do domínio lusitano. Recordemos, então, que a conquista começara em 1616 com apenas 150 homens que tinham vindo com Caldeira de Castelo Branco. Em 1820, os algarismos indicavam a existência

de quase cem mil habitantes. O crescimento populacional fora grandemente perturbado pelos constantes surtos de varíola e de malária. Só entre 1743 e 1750, vitimados pela varíola haviam falecido 40 000 pessoas. Apesar dessa insuficiência humana, em 1820, a Amazónia exportava catorze artigos que lhe fortaleciam a economia e eram um trabalho de envergadura realizado incessantemente.

UMA INTERROGAÇÃO

Aquela crítica a que nos referimos de início, em que se nos acusava de concluir apressadamente quando louváramos aos aspectos económicos do período colonial lusitano na Amazónia, terá sido justa? Os rendimentos aqui indicados, mesmo tão sumàriamente e sem intenção maior que indicar esses aspectos económicos como uma página de trabalho escrita na Amazónia, não serão suficientes para que proclamemos uma página de construção aquela que acabamos de indicar?

AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - Lei nº 9.610/98). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura

CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA